



Diná Andrade Lima Ramos
Denise de Alcântara Pereira
(Organizadoras)

TERRITORIALIDADES, POLÍTICAS E SUSTENTABILIDADE:



Agenda e questões contemporâneas

Atena
Editora
Ano 2022



Diná Andrade Lima Ramos
Denise de Alcântara Pereira
(Organizadoras)

TERRITORIALIDADES, POLÍTICAS E SUSTENTABILIDADE:



Agenda e questões contemporâneas

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

BNDigital, da Fundação Biblioteca

Nacional

Adaptado por Victor Celestino Vieira

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à

Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Territorialidades, políticas e sustentabilidade: agenda e questões contemporâneas

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Ivoneide Jesus
Organizadoras: Diná Andrade Lima Ramos
 Denise de Alcantara Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
T327	<p>Territorialidades, políticas e sustentabilidade: agenda e questões contemporâneas / Organizadoras Diná Andrade Lima Ramos, Denise de Alcantara Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0835-2 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.352221412</p> <p>1. Território. 2. Política. 3. Sustentabilidade. I. Ramos, Diná Andrade Lima (Organizadora). II. Pereira, Denise de Alcantara (Organizadora). III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 320.12</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Roberto de Souza Rodrigues, Reitor

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Lúcia Helena Cunha dos Anjos, Pró-Reitora

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Diná Andrade Lima Ramos, Coordenadora do PPGDT

PROJETO EDITORIAL

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Diná Andrade Lima Ramos (coordenação)

Denise de Alcantara Pereira

Thássia Andryna Silva de Paula

Rafaela Rosa Chaves Cardoso

Nicholas Augusto Mendes da Rocha Lima

COMITÊ CIENTÍFICO

Rosângela Cavalazzi (UFRJ)

Ariel Garcia (CONICET)

Carlos Antônio Brandão (UFRJ)

Cezar Augusto Miranda Guedes (UFRRJ)

Antenora Maria da Mata Siqueira (UFF)

Realização



Apoio



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A iniciativa de organizar e lançar um livro para marcar os dez anos do PPGDT revela a essência do empenho e da competência da comunidade acadêmica do Programa na produção científica: o compromisso com a construção do conhecimento e reconhecimento dos saberes locais, prioritariamente (mas não exclusivamente) sobre a região referência da UFRRJ.

O título da obra expressa alguns dos pilares conceituais do Programa que são trabalhados criticamente nos capítulos: território-territorialidade, ambiente, sustentabilidade e políticas públicas.

Por ser um curso interdisciplinar, que conta com docentes e discentes de várias áreas do conhecimento, é possível encontrar contribuições diversificadas para as mesmas categorias e conceitos nos textos apresentados. Antes de serem consideradas ecletismo ou incoerência, é importante reconhecer que elas são originárias de concepções dos campos disciplinares, o que torna rica a síntese do diálogo desse coletivo.

O conteúdo organizado na publicação revela os objetos de pesquisa elaborados a partir das principais demandas identificadas/construídas no território de abrangência, ou fora dele, por docentes e discentes do PPGDT. De modo competente, todos os capítulos atendem aos critérios de uma produção científica de qualidade no que tange a uma base teórica consistente, a explicitação dos objetivos e da metodologia definida para alcançá-los, a apresentação dos resultados e sua discussão, que lhes deu elementos suficientes e coerentes para a conclusão/considerações finais. Quero destacar a importância de o livro contemplar abordagens sobre etnia, gênero, populações tradicionais, questão fundiária, desastres, dentre outras, demonstrando o compromisso científico com esses sujeitos e questões.

Neste sentido, o livro torna-se protagonista síntese dos 10 anos de existência do PPGDT. Programa ainda jovem, apresenta uma relevante trajetória de consolidação que culmina com este presente para todos nós.

Consolidar um programa de pós-graduação na área do PURD-Planejamento Urbano e Regional e Demografia longe (fisicamente) do centro de decisões da Universidade não é algo simples, mesmo quando ele é multicampi e com os recursos tecnológicos existentes. Exige empenho e esforço redobrado de gestores, docentes, técnicos e estudantes para criar uma ambiência universitária. Quando além de fora da sede são localizados em pequenos e médios municípios, em especial aqueles longe das metrópoles onde a riqueza cultural, acadêmico-científica e de infraestrutura existente contribui para ampliar o repertório da comunidade acadêmica, exigem formas diferenciadas de potencialização dos recursos e bens existentes. Nesses espaços ocupados desigualmente, característica inerente ao modelo de desenvolvimento capitalista, há que buscar outras formas de se ter acesso a bens públicos que possam ampliar os horizontes do conhecimento. E o PPGDT tem honrado o seu compromisso!

Parabéns às organizadoras, autoras e autores dos capítulos e demais profissionais que, juntos, tornam essa obra possível!!

Parabéns ao PPGDT pelos 10 anos!!

Antenora Maria da Mata Siqueira

AGRADECIMENTOS

Este livro foi gerado coletivamente, com o apoio dos docentes, discentes e egressos do programa que dele participaram, direta ou indiretamente, aos quais somos gratas.

A publicação foi possível graças ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, e pelas bolsas de pós-graduação financiadas pela CAPES, que possibilitam a dedicação exclusiva aos mestrands e mestrandas contemplados com esse importante recurso

Agradecemos também À FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, pelas Bolsas Jovem Cientista de Nosso Estado, pelas bolsas de Iniciação Científica, e por outros apoios e fomentos que auxiliam e financiam as pesquisas realizadas pelos coautores desta obra.

Agradecemos a ex-Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFRRJ, Prof. Dra. Lucia Anjos, pelo estímulo e acompanhamento das ações de nosso Programa, e por sua liderança competente e ética.

Agradecemos a atuação dos discentes que participaram da coordenação editorial e foram fundamentais para sua efetivação, a saber: Mestra Thássia Andryna Silva de Paula, Mestra Rafaela Rosa Chaves Cardoso e Mestrando Nicholas Augusto Mendes da Rocha Lima.

Agradecemos ao egresso do PPGDT Vinicius Brandão e ao bolsista de Iniciação Científica Victor Celestino que conceberam as ideias iniciais da capa do livro.

Somos profundamente gratas pelos pareceres emitidos pelos membros do Comitê Científico formado pelos professores Dra. Antenora Maria da Mata Siqueira da UFF-Campos, Dr. Ariel Garcia, do CONICET, Dr. Carlos Antônio Brandão (UFRJ), Dr. Cezar Augusto Miranda Guedes (UFRRJ) e Dra. Rosângela Cavalazzi (UFRJ).

Agradecemos a Prof. Dra. Antenora Maria da Mara Siqueira pelo texto da orelha do livro, ao Prof. Dr. Cezar Guedes, pelas palavras do Prefácio, e pela convivência durante todos os anos em que estive vinculado ao PPGDT, e ao prof. Carlos Antônio Brandão, pela inspiradora epígrafe do livro.

Finalmente, mas não menos importante, gostaríamos de agradecer aos docentes da UFRRJ e fundadores do PPGDT, alguns seguindo hoje outros caminhos, por sua perseverança e cooperação na criação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, que se consolida fundamentado na tríade Desenvolvimento, Território e Estado. Nomeadamente são elas e eles, Profa. Dra. Adriana Schueler, Profa. Dra. Beth Rocha, Prof. Dr. Carlos Brandão, Prof. Dr. Cesar da Ros, Prof. Dr. Cezar Guedes, Profa. Dra. Cristhiane Amâncio, Prof. Dr. Lamounier Vilella, Prof. Dr. Luiz Carlos de Oliveira Lima, Prof. Dr. Robson Amâncio e Prof. Dr. Robson Dias da Silva.

O decênio do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) representa uma data a ser celebrada! Este momento reflete a persistência e o esforço, coletivo e individual, de todos que fazem parte de sua trajetória. Ao comemorar seus dez anos, com esta coletânea, revisitou-se sua evolução, estimulou-se sua autocompreensão identitária e, consolidou-se seu papel socioeconômico, cuja abrangência espacial ultrapassa o entorno dos Campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que o acolhe. Nesta oportunidade, como toda boa festividade, há convidados ilustres, entre os quais incluem-se os leitores, bem como docentes, egressos do Programa, que participam desde sua fundação, acrescentando brilho e inspiração, com sua contribuição a esta obra. Os capítulos demonstram a capacidade de seu qualificado corpo docente, oriundo de diferentes campos do conhecimento e instituições parceiras, somado aos esforços de seus alunos e ao apoio das agências de fomento, para oferecer, como contrapartida social da universidade pública, resultados de estudos, com potencial revelador e/ou transformador, sobre o desenvolvimento do território, em suas múltiplas dimensões e escalas. Tal construção é sempre desafiadora, considerando que os temas da área de Planejamento Urbano e Regional, e Demografia, envolvem problemas complexos da ciência, exigindo saberes e respostas multidisciplinares, o grande trunfo do PPGDT. A coletânea reflete o ganho científico e dialógico, das diferentes disciplinas, em busca de uma sociedade plural, inclusiva, diversa, justa, igualitária e democrática.

PREFÁCIO

O que mais há na terra, é paisagem.

A edição deste livro é muito bem-vinda, pois comemora os dez anos de atividade do PPGDT - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, da melhor e mais genuína forma que poderia ser feita; mostrando parte significativa da produção multifacetada nos variados temas e abordagens ao longo dessa década que merece mesmo uma avaliação de conjunto. O que se destaca é a busca das conexões do território em seus âmbitos urbano e regional com a elaboração e aplicação de políticas públicas (ou de sua ausência, o que também é uma opção) em questões socioambientais e econômicas.

Nas primeiras linhas do romance de José Saramago, *Levantado do chão* (Bertrand Brasil, 2008), ali está escrito: *“O que mais há na terra, é paisagem. Por muito que do resto lhe falte, a paisagem sempre sobrou, abundância que só por milagre infatigável se explica, porquanto a paisagem é sem dúvida anterior ao homem, e apesar disso, de tanto existir, não se acabou ainda. Será porque constantemente muda: tem épocas no ano que o chão é verde, outras amarelo, e depois castanho ou negro. E também vermelho, em lugares que é cor de barro ou sangue sangrado. Mas isso depende do que no chão se plantou e cultivava, ou ainda não, ou não já, ou do que por simples natureza nasceu, sem mão de gente, e só vem a morrer porque chegou o seu último fim. Não é tal o caso do trigo, que ainda com alguma vida é cortado. Nem do sobreiro, que vivíssimo, embora por sua gravidade o não pareça, se lhe arranca a pele. Aos gritos”*.

Na prosa poética de Saramago está posto de forma sutil e bela, o que demarca a fronteira da pura paisagem, “sem a mão de gente” com algo a mais, o território, este sim, marcado pelos seres humanos que ali vivem com suas relações de cooperação e conflito. Por isso tomei emprestada essa primeira frase do romance de Saramago, pois é a partir daí que reside o desafio maior de nosso trabalho, produzir conhecimento socialmente útil aplicado a problemas e soluções propositivas na múltipla e complexa paisagem dos territórios que nos rodeiam. Nessa nossa primeira década, isso implicou em compromissos, no melhor sentido da palavra, com abordagens interdisciplinares trabalhando num esforço organizado em duas linhas de pesquisa: 1. Desenvolvimento e políticas públicas e 2. Sustentabilidade e Territorialidades. Dessa forma, as distintas formações acadêmicas do corpo docente funcionaram como um DNA aliado às motivações de cada um de nós e foi potencializada no trabalho conjunto com nossos mestrandos. A interdisciplinaridade não é algo que se declara simplesmente como um procedimento metodológico que escolhemos e alcançamos, mas, principalmente, como algo que se busca e pratica por variados caminhos nada triviais.

No vasto campo das Ciências Sociais Aplicadas, ao iniciarmos um projeto de

pesquisa e alinharmos as perspectivas, nos deparamos com uma dúvida básica: por onde começar? Certamente o contexto, as referências históricas, conceituais e metodológicas devem ser levadas em conta. Entretanto, uma vez depurada essa carpintaria teórica em seu aspecto mais substantivo, é no território e nas pessoas que vivem lá que deve estar essa argamassa da pesquisa. Do contrário, a aderência e qualidade da pesquisa estarão comprometidas. Isso deriva de uma questão básica: em tese e vistos de longe os fenômenos sociais são mais fáceis de entender. Só que, ao nos aproximarmos de suas gêneses e dinâmicas, outras complexidades se impõem. A teoria é absolutamente fundamental, mas não basta. O campo a ser conhecido e analisado é o desafio suplementar.

Em *A moral secreta dos economistas* (Unesp, 2001), Albert Hirschman acentua a necessidade de “ouvir o paciente” e atribui a essa frequente lacuna o motivo principal de muito da prática do planejamento regional não atingir seus objetivos. Tentando ser didático: a economia é de mercado, mas a sociedade não. Portanto, os contingentes humanos, seja em que escala for, devem ser considerados para além de uma totalidade ou apenas como um mercado. As carências e a falta de acesso à moradia, segurança, trabalho, saúde e transporte são variadas e muito frequentes no Brasil. Há um caminho de soluções em que a Universidade tem um papel fundamental e a gestão do território em particular, tem uma linha de elaboração que poderia e deveria ser mais acionada, mas a questão dessa defasagem é de natureza política, o que condiciona soluções técnicas mais efetivas ou não, referentes ao interesse público.

A mobilidade urbana, por exemplo; nossa Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi se adensando intensamente, assim como tantas outras no Brasil, sem que houvesse uma resposta adequada quanto aos transportes de massa, seja no fortalecimento de sua malha ferroviária, assim como na utilização da Baía da Guanabara como alternativa de transporte hidroviário, com terminais em São Gonçalo, e também mais ao fundo da Baía da Guanabara. Essas infraestruturas têm um papel evidente para aliviar o tráfego rodoviário no movimento pendular casa-trabalho e são soluções técnicas que existem e estão disponíveis. Mas na escala local dos municípios os lobbies dos transportes e do mercado imobiliário são o poder real que, ao contrário do poder público, não vão a votos e de certa forma estão sempre no poder. Entretanto, nosso parceiro privilegiado é a sociedade e suas articulações com a base material e imaterial da economia e o poder público.

Os textos apresentados têm como eixo o desenvolvimento territorial sustentável em diferentes escalas espaciais. Há também o tema das inovações e a busca por maior eficiência e tecnologias sociais, pois ao contrário do que se diz frequentemente, nossos problemas não derivam do custo do trabalho, mas das desigualdades e da ausência de um engajamento mais efetivo na educação, na ciência e nas tecnologias voltadas para os fundamentos estruturais e sociais, no sentido de uma economia sustentável que privilegia a produção, o emprego e o bem-estar social.

A intenção desse conjunto de textos é, portanto, dar a conhecer de forma mais ágil

a natureza do trabalho que vimos realizando desses dez anos e que a leitura, críticas e discussões, sirvam de estímulo para que façamos mais e melhor nessa produção acadêmica coletiva que vem se fazendo no esforço de cada um, mas que somados na interlocução, cria sinergias. Tenho prazer e alegria em ter participado da criação do PPGDT e destes primeiros anos que agora comemoramos.

Boa leitura!

Cezar Augusto Miranda Guedes

INTRODUÇÃO

Celebrar dez anos de existência do Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – PPGDT – em 2022, pode parecer, em um primeiro olhar, um contrassenso. Nos últimos dois anos, estivemos mergulhados na pandemia e limitados em nossas atividades de ensino, pesquisa e extensão; nas pesquisas-ações, do trabalho de campo, das interações com as comunidades, e atuando remotamente. Devemos enfatizar, contudo, que a pandemia ainda não acabou! Que os festejos (no sentido de comemoração) se dá ainda em meio à morte e à alta transmissibilidade, mas apostamos na vida (a vivida e, a que ainda está por vir).

Ainda assim, a celebração de tão benfazeja data faz todo o sentido, ao percebermos que, apesar das dificuldades e inconvenientes desses dois anos de ensino remoto, e, demais atividades acadêmicas à distância, nossa produção se amplia e consolida o PPGDT. O programa vem formando, para além de mestrandos, profissionais qualificados, capazes de compreender, criticamente, os problemas e fortalezas, em seu entorno e no mundo, tornando-se sujeitos capazes de fazer a diferença e transformar vidas. Muitos de nossos egressos, em adição, já atuam ou lecionam em vários níveis educacionais, na área ou afins, ou mesmo seguem aprofundando seus conhecimentos em programas de doutorado de excelência.

A trajetória do PPGDT inicia-se a partir da junção de docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. A partir da experiência acumulada e da convergência de interesses, almejam a criação de um programa multidisciplinar, plural e multicampi. Vinculado à grande área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia (PURD), tem como seus eixos epistemológicos as questões territoriais e as políticas públicas, em que o urbano, o rural e o regional delimitam os recortes espaciais das pesquisas desenvolvidas.

O foco do programa recai sobre as questões e demandas dos territórios de seu entorno imediato, mas não exclusivamente, e nos conflitos e relações desiguais entre o ambiente, a economia e a sociedade – os três pilares da sustentabilidade. Desde a primeira turma, em 2012, buscou-se ampliar as investigações e a produção intelectual, sempre de forma dialógica e interdisciplinar, sobre as temáticas relativas ao desenvolvimento dos territórios, em suas múltiplas dimensões: econômicas, sociais, político-institucionais, éticas, culturais, ambientais, tecnológicas e científicas. Desde sua criação, já foram titulados 92 Mestras e Mestres em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas.

Evidencia-se, aqui (creio que assim é mais para conclusão, mas não tem dados acima para afirmar isso), o caráter fundamental do Programa, a interdisciplinaridade, que também é base dos estudos urbanos e regionais, focados nos processos prospectivos e de planejamento. Os fundamentos e aportes teóricos das pesquisas, levadas a cabo no PPGDT, abrangem uma variada gama de temas e escalas, tendo a integração de docentes de áreas

as mais diversas, no âmbito da instituição, desde as Ciências Econômicas, Arquitetura e Urbanismo, passando pelo Turismo e Agronomia e abrangendo ainda História, Geografia, Ciências Jurídicas e Administração Pública e Empresarial. Fato este que se fortalece com o amálgama na composição do corpo docente com professores provenientes de Instituições parceiras, como EMBRAPA-Agrobiologia, EMBRAPA-Solos, UFF-Volta Redonda e IFRJ-Pinheiral, e de programas parceiros como o PPGCTIA - Programa de Pós-graduação Binacional em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária, onde co-atuam docentes do PPGDT e para onde vários de nossos egressos, desenvolvem o Doutorado .

A multidisciplinaridade é um dos trunfos do PPGDT, pela riqueza do debate e intercâmbios possíveis, cujas controvérsias e divergências de ideias e posicionamentos entre o(a)s docentes e pesquisadores envolvidos tornam-se, sem dúvida, necessárias ao debate acadêmico de qualidade.

O período de atuação remota não arrefeceu nossos ânimos. Ao contrário, docentes e discentes do programa superaram os desafios ao lidarem com tecnologias, as quais, até então, não dominavam. Assim, continuamos a promover, ainda que com limitações, a produção intelectual, que apresentamos nessa segunda produção coletiva do Programa (todas foram publicadas durante a pandemia?). Há que se registrar nosso reconhecimento aos docentes do Programa, que, em nenhum momento interromperam suas pesquisas, apoiando e sendo apoiados pelos discentes, em seu desenvolvimento acadêmico. Buscaram maximizar os instrumentos e meios disponibilizados pela UFRRJ, pelas redes sociais e canais gratuitos de difusão de informação, para mitigar os efeitos ao processo de aprendizagem, diante do necessário distanciamento social imposto pela pandemia sanitária da Covid 19. Reconhecemos também a garra demonstrada por nossos discentes, que mesmo diante de todos os desafios envolvidos nessa adaptação, persistiram em seus propósitos.

Nem mesmo o V Fórum do PPGDT - que corre anualmente para estimular a participação discente em eventos acadêmicos e para preparar os discentes concluintes para a defesa - e o I Seminário Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro, inicialmente planejados para ocorrerem presencialmente, nas instalações da UFRRJ, foram cancelados. Ao contrário, foram realizados em junho daquele ano, pioneiramente de forma totalmente remota, com financiamento da Fundação Carlos Chagas de Auxílio à Pesquisa - FAPERJ. Na sequência, em 2021, no mesmo formato virtual, ocorreu o VI Fórum do PPGDT. A partir da profícua experiência do V Fórum acima citado, em que debatemos por três dias as temáticas afins ao Programa, pudemos editar e publicar o E-book *Reflexões em Desenvolvimento Territorial: limites, vivências e políticas no Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro*, pela Editora Mórula naquele mesmo ano. No VI Fórum houve apresentações dos resultados das pesquisas e vários debates, proporcionados por convidados ilustres, que abrilhantaram o evento em seus três dias de realização. Desse evento resultaram as dissertações da Turma iniciada em 2019 e, várias publicações conjuntas entre discentes e

docentes em periódicos, qualificados pela área PURD da CAPES.

O presente livro, que está gratuitamente disponibilizado à comunidade acadêmica e ao público em geral, no formato E-Book, apresenta um panorama da atuação na pesquisa de nossos docentes e discentes e está estruturada em quatro partes. Importante salientar, que apesar de o PPGDT possuir uma única área de concentração – Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas – e duas linhas de pesquisa – (1) Desenvolvimento e Políticas Públicas e (2) Sustentabilidade e Territorialidades, a organização dos capítulos não segue esta ordenação. Priorizou-se agrupar os textos conforme as temáticas e escalas de abrangência, demonstrando e fortalecendo o caráter múltiplo, transversal e interdisciplinar das produções. Outro aspecto importante é a presença, em vários artigos, do trabalho colaborativo entre docentes e egressos do PPGDT e de pesquisadores vinculados ou não à instituição, que cooperam em redes de pesquisa, fortalecendo o debate transversal e plural da área PURD.

Assim, o livro está organizado em quatro partes que abarcam os interesses dos pesquisadores vinculados ao programa. A Parte I, intitulada *Desenvolvimento Territorial, Rural e Sustentabilidade*, integra questões e apontamentos conceituais relativos ao eixo estruturador do Programa. A Parte II, sob o título *Desenvolvimento Regional e Economia e Gestão*, envolve as pesquisas que discutem, na escala da economia regional, os impactos de ações e políticas em nível federal sobre os territórios. A Parte III - *Conflitos Socioambientais e Territoriais* - traz os resultados de investigações sobre interseccionalidades e segurança pública, questões ambientais e segurança ambiental de territórios disputados. A Parte IV, *Delimitações Regionais e Territoriais*, integra contribuições relacionadas aos recortes espaciais nas áreas do entorno dos *campi* da UFRRJ, que sofrem influência e são influenciadas mutuamente, enfatizando a cidade como polo de desenvolvimento com equilíbrio e justiça social.

A Parte I é iniciada pelo Capítulo 1 - *Desenvolvimento Territorial Sustentável: alguns apontamentos*, por Tatiana Cotta Gonçalves Pereira, que conceitua e problematiza a construção epistemológica do conceito de desenvolvimento territorial sustentável, tal qual desenvolvido em aulas da disciplina homônima ofertada pelo Programa. Unindo literatura consagrada a debates e pautas institucionais nas áreas do planejamento urbano e do urbanismo, o objetivo é trazer as noções chave de território e desenvolvimento sustentável, com as suas nuances, críticas e possibilidades; bem como traçar um panorama sobre como as questões urbanas e regionais se espacializam, trazendo conceitos como urbano, rural, metropolização, periferização e centralidades. Com essa abordagem, pretende-se que a concepção de desenvolvimento territorial sustentável construída auxilie na formulação, implementação e gestão de políticas públicas.

O Capítulo 2 - *Desenvolvimento territorial sustentável: uma análise comparativa entre experiências de Los Lagos-Chile, Imbabura-Ecuador e Baía da Ilha Grande-RJ Brasil*, elaborado a oito mãos por egressos, docentes e pesquisador externo ao Programa,

Jover Negrão, Lamounier Erthal Villela, Daniel Netto Francisco e Patrick Gomes, analisa as experiências interinstitucionais e internacionais tornadas possíveis pelo Programa Pró-Integração, da Capes, integrando a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a UFRRJ e Universidade Federal do Tocantins (UFT). Os estudos de caso focalizaram no Chile, Equador e em experiências realizadas pelo Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PEPEDT) que estuda os territórios componentes da Baía da Ilha Grande (BIG). Busca problematizar o desenvolvimento endógeno e local e refletir sobre como isso ocorre nas localidades, a partir da implementação de meios e instrumentos viáveis, tendo como base a participação social e a inclusão cidadã.

O último texto da Parte I, o Capítulo 3 - *O Desenvolvimento Rural no Estado do Rio de Janeiro a partir de uma Análise Multidimensional* - analisa e compara o processo de desenvolvimento rural no Estado a partir de indicadores multidimensionais de desenvolvimento rural, resgatando seus determinantes econômicos, sociais, históricos e geográficos. A abordagem do conceito ocorre de forma processual, considerando Fatores Condicionantes, Características e Resultados. Uma breve caracterização do Estado é apresentada e a metodologia de análise é multidimensional, a partir do ponto de vista do pesquisador sobre cada aspecto a considerar em dada realidade (demográfica, social, econômica, institucional, ambiental etc). A construção dos indicadores utilizou dados dos Censos Demográfico e Agropecuário do IBGE e no Ministério da Educação e a técnica estatística utilizada foi a análise fatorial e a de *cluster*. A análise apontou a existência de uma situação heterogênea em termos de desenvolvimento no espaço rural fluminense, havendo regiões onde o processo de desenvolvimento tem se mostrado virtuoso e associado à expansão do setor fabril e de serviços e outras situações em que o passivo dos ciclos do café e da cana levaram a situação oposta.

A Parte II integra quatro capítulos e é iniciada pelo Capítulo 4 - *Transformações socioeconômicas: desenvolvimento regional de uma microrregião no interior do Estado do Rio de Janeiro* -, por Caíque Giacomo Ragazzi e Marcio Silva Borges. O texto traz a análise realizada sobre os indicadores socioeconômicos dos municípios da microrregião de Três Rios, representados pelos municípios de Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia e Três Rios no interior do Estado do Rio de Janeiro, entre 2004 a 2015, período de grande ocorrência de isenções fiscais para o estabelecimento de empreendimentos industriais. No entanto, as estratégias de desenvolvimento aplicadas geraram um aprofundamento das desigualdades espaciais. O caso do Centro-Sul Fluminense demonstra a ocorrência de um esvaziamento econômico como reflexo do modelo adotado, com indicadores de elevados níveis de pobreza, baixa dinâmica do poder estadual, apesar dos investimentos e incentivos fiscais no período.

O Capítulo 5 - *Subsídios À Inovação no Brasil: o perfil urbano-regional da subvenção econômica em empresas privadas entre 2010-2019*, por Aldenilson Costa, aborda a subvenção econômica à inovação realizada pela FINEP, um tipo de investimento financeiro

destinado a empresas e instituições com projetos de inovação, definido em áreas temáticas. Objetiva analisar o perfil urbano-regional dos projetos de subvenção econômica, reconhecendo o padrão espacial e questionando até que ponto o instrumento reforça a primazia de empresas localizadas em cidades de porte médio e metropolitanas das regiões Sudeste e Sul. A reflexão em torno da inovação destaca o papel exercido pelo Estado como promotor e financiador de atividades inovadoras, estimulando os setores mais dinâmicos da economia. Questiona-se ainda o porquê de tal concentração em detrimento de outras regiões, e aponta uma agenda no sentido de maior diversificação, a partir do investimento estatal multissetorial e descentralizado no conhecimento científico-tecnológico-informacional.

A temática do Capítulo 6 - *Da integração moderna às disputas na neoliberalização: Estado e território no Brasil por meio de seu Banco Nacional de Desenvolvimento* - de Carla Hirt em coautoria com Javier Ghibaudi, tem como objetivo a análise sobre as mudanças e permanências na ação do Estado sobre a acumulação de capital no Brasil e sua articulação territorial, tomando como estudo de caso o BNDES no período 2003-2015 e seus desdobramentos no período 2016-2019. Observa-se que apesar de possuir uma burocracia qualificada e de prestígio e de ter dobrado sua capacidade financeira, os recursos do Banco de 2003 a 2014 acompanharam a especialização regressiva dos anos 1990. Enquanto isso, mudanças significativas ocorreram em setores específicos: aumento do Investimento Público em infraestrutura; maior participação das PMEs por meio do cartão BNDES; e mudança no perfil das exportações a favor da América do Sul e da África de colonização portuguesa. Finaliza-se com a análise a partir de 2016, com a mudança de governo, quando diversas medidas do BNDES foram revertidas, destacando-se sua descapitalização e perda do poder de financiamento em mais de 50%, bem como a reorientação do Banco para uma atuação voltada ao dispêndio de recursos públicos para uma nova rodada de privatizações.

No Capítulo 7 - *Uma concepção sistêmica para o estudo de empreendimento autogestionário*, Susana Webering defende a importância de se compreender as especificidades e o diferencial do empreendimento autogestionário, respondendo a algumas das principais controvérsias desse modelo. Para isso, são revisadas algumas teorias de caráter sistêmico de modo a entender a evolução cooperativa: desde a perspectiva da teoria dos jogos, a teoria da elites e alguns estudos de ecologia organizacional. Por meio de um método interpretativo e reflexivo sobre essas teorias e pesquisas sobre o tema, busca-se compreender o fenômeno organizacional cooperativo e algumas de suas principais tensões ao se desenvolver: a perda da democracia e da qualidade da cooperatividade entre os membros, o consequente processo de degeneração. Empreendimentos autogestionários seguem uma dinâmica evolutiva com fortes tensões internas e externas, podendo evoluir de forma contraditória em relação aos princípios iniciais de cooperação e participação. Conhecer esse fenômeno é fundamental para a construção de boas práticas de governança

cooperativa, evitando o processo de degeneração.

Iniciando a Parte III, o Capítulo 8 - *“Sem açúcar e sem afeto”*: *Dinâmicas da violência contra a mulher na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*, por Vinicius Ferreira Baptista, apresenta estudo analítico e descritivo sobre os contornos da violência contra a mulher na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) no período de 2014 a 2019 a partir de oito variáveis que delimitam a vítima, o agressor e a violência. Uma tabulação é construída a fim de ponderar o movimento da violência, tanto no contexto da RMRJ, bem como na escala municipal. Em linhas gerais, o movimento da violência na RMRJ é multifacetado e complexo, a depender de quais variáveis estejam em jogo. A metodologia parte de bancos de dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE e Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP). Enquanto que no primeiro, dispomos da razão de gênero via Censo 2010 para delimitar a RMRJ na composição de mulheres, no segundo dispomos do quantitativo de casos de violência contra a mulher entre 2014-2019.

O Capítulo 9 - *Qualidade das águas em áreas periurbanas: caso do rio Valão dos Bois em Seropédica-RJ*, por Adriana Schueler, Vinicius dos Santos e Décio Tubbs, aborda a carência ou inexistência de saneamento básico, nas cidades brasileiras, principalmente aquelas nas bordas das regiões metropolitanas. O foco recai sobre cidades periurbanas carentes de saneamento adequado, porém em locais mais densamente ocupados, onde lixo, água pluvial contaminada e esgoto sanitário chegam aos rios urbanos, impactando a qualidade das águas. O trabalho realizado apresenta o estado da qualidade da água do curso d'água Valão dos Bois, que atravessa a cidade de Seropédica, traçando um paralelo com o tipo de ocupação do solo presente. Foi realizado em três etapas: (i) seleção, coleta, armazenamento e análise de amostras de água de pontos diversos ao longo do córrego; (2) simulação computacional com posterior validação, das capacidades de autodepuração dos cursos d'água; (3) quantificação das vazões máximas e transporte de sedimentos observados nas contribuições das sub-bacias afluentes das sub-bacias hidrográficas de cada bairro em quatro cenários: o primeiro no estado de pré-desenvolvimento, o segundo no estado de desenvolvimento atual, o terceiro no estado de desenvolvimento previsto para o município.

O Capítulo 10 - *Expulsos do paraíso: a influência do capital turístico-imobiliário na produção do espaço em Angra dos Reis, RJ*, de Rita de Cássia Santos de Souza, Robson Dias da Silva e Ana Paula Dias Turetta discorre sobre a influência do capital turístico-imobiliário a partir da construção da Rodovia BR-101 (Rio-Santos) na produção do espaço em Angra dos Reis, tomando como exemplo a região do Bracuí, palco dos mais intensos conflitos por terra no Estado do Rio de Janeiro. A partir de levantamento bibliográfico, são contextualizadas as transformações socioespaciais e econômicas ocorridas a partir da abertura da Rodovia na década de 1970 e a conseqüente entrada do capital turístico-imobiliário na região. São descritos também os mecanismos que possibilitaram o estabelecimento do setor turístico e as mudanças de uso e ocupação do solo. Por fim, são problematizados os conflitos

funditários na região do Bracuí e a desterritorialização camponesa, discutindo-se as marcas da desigualdade socioespacial na vida da população, sobretudo no aspecto fundiário. Como conclusão tem-se que a insegurança jurídica em relação à ocupação do solo urbano em Angra dos Reis acarreta um passivo de irregularidades urbanísticas e ambientais, além da precarização dos serviços públicos e ameaça aos territórios e práticas tradicionais.

A mesma temática do capítulo anterior, de segurança alimentar é tratada agora em meio urbano no Capítulo 11 - *A agricultura urbana no e do município do Rio de Janeiro: potencialidades e fragilidades*, escrito em coautoria por Caren Freitas de Lima, Cristhiane Amâncio, Felipe Jardim, Bruna Maria, Leonis Júnior Silva e João Pedro Ribeiro. A Agricultura Urbana (AU) como vem sendo apontada por Instituições Oficiais como pilar fundamental para a existência de sistemas alimentares mais sustentáveis. No Rio de Janeiro, pelo histórico rural, a zona oeste abarca a maioria deles, cumprindo um importante papel para a Segurança Alimentar e Nutricional, a Soberania Alimentar, a promoção de espaços verdes urbanos, a agrobiodiversidade e a geração de renda. No entanto, a realidade da AU é de fragilização pela falta de acesso às políticas públicas e pelas normativas que privilegiam outras economias, como a agricultura, principalmente, oriunda das camadas populares. Não é à toa que a expansão do capital imobiliário aconteça sob territórios agrícolas. Nesses termos, através de uma revisão bibliográfica e entrevista semi-estruturada de 19 iniciativas, totalizando 45 agricultores e agricultoras, o presente artigo elucida alguns resultados recentes sobre a realidade dos agricultores urbanos cariocas. O objetivo deste trabalho é agregar informações sobre as potencialidades e fragilidades da AU.

Chegando à Parte IV, que traz as últimas porém não menos relevantes contribuições deste livro, o Capítulo 12 - *Três histórias de chuvas na periferia: história e meio ambiente na Baixada Fluminense*, Lucia Silva apresenta um ensaio sobre três grandes eventos climáticos com chuvas torrenciais ocorridos em períodos históricos distintos. A autora investiga seus impactos a partir de fontes jornalísticas e bibliográficas, analisando seus significados e as práticas sociais e políticas advindas desses eventos. A partir do olhar historiográfico da autora, são resgatados os processos de saneamento da baixada pela Comissão de Melhoramentos, ocorridos no início do século XX, comparando as chuvas deste período com as de 1966 e 1988, e o papel do poder público na condução do planejamento e gestão, antes, durante e após os eventos.

O Capítulo 13 - *Coesão social e territorial no Oeste Metropolitano - ocupação, expansão e (des)estruturação sócio-espacial*, de Denise de Alcântara Pereira, propõe, na forma de ensaio, uma reflexão e problematização do fenômeno metropolitano, tendo como pano de fundo territórios do Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro. Sob uma perspectiva teórica, aborda conceitos como justiça ambiental, ecologia política e privilégio da violência, para compreender a forte pressão da expansão e industrialização com seus motores logísticos e econômicos, identificando atores envolvidos na produção do espaço e marcos legais de uso e ocupação do solo, como indutores da forma urbana caracterizada pelas

fragilidades ambientais, desigualdades sócio-espaciais e pobreza estrutural. Perpetua-se assim as relações de poder desiguais entre o global e o local nesses territórios periféricos historicamente servís e atrelados à periferização e às ocupações sub-humanas. Desenha-se, ao final, cenários de fragmentação, cisões e conflitos e caminhos possíveis de coesão territorial.

O Capítulo 14 - *O papel da extensão universitária junto às comunidades tradicionais: o caso da Baía da Ilha Grande no enfrentamento à pandemia do COVID-19*, Adriana dos Reis Monteiro e Diná Andrade Lima Ramos, objetiva analisar a atuação do Programa Universitário de extensão “Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (PEPEDT)”, junto ao Colegiado do Território Rural da Baía da Ilha Grande (BIG), que articula atores e instituições, em apoio aos povos originários e comunidades tradicionais. A pandemia do Coronavírus (COVID-19), também considerada um desastre ambiental, tem imposto medidas restritivas ao mundo inteiro, sobre a circulação de pessoas e oferta de bens e serviços. Ainda assim, estes atores foram, de diferentes maneiras, expostos ao vírus. No território rural da BIG, diante da ineficácia das medidas de controle nacional da doença e o aumento quase contínuo do número de casos, as reuniões virtuais têm se constituído uma medida eficaz de proteção da população, inserção da produção local em mercados virtuais (e-commerce) e de troca de saberes. Presume-se que as atividades do PEPEDT promovem importantes redes de apoio aos povos originários e comunidades tradicionais no enfrentamento do problema durante e pós-COVID 19, pois, assessora as instituições locais para o exercício do controle social e para a construção coletiva de projetos relacionados ao desenvolvimento territorial. Os resultados validam o PEPEDT como agente de transformação e de mudança em nível local, multiplicando conhecimento e promovendo a gestão social e o desenvolvimento sustentável, ao aproximar pessoas e instituições, com uma abordagem compreensiva, empática e assertiva, subsidiando o planejamento territorial.

Fechando a quarta parte e a coletânea como um todo, o Capítulo 15 - *Cidade como alavanca do crescimento com igualdade*, apresenta o ensaio premiado pela CEPAL¹, de Robson Dias da Silva, propõe uma reflexão sobre as cidades e suas heterogeneidades estruturais e seu fundamental papel como motor de transformação e desenvolvimento equilibrado, considerando os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Resgatam-se alguns dos principais eventos econômicos nacionais e seus impactos sobre a evolução das cidades, pontuando-se com olhar otimista as transformações advindas da evolução tecnológica, técnica e capacidade produtiva concentrada principalmente nos centros urbanos, que se tornam condicionantes da política global. O autor propõe uma estratégia de desenvolvimento orientada pela cidade a partir de três eixos estruturantes: estímulo à

¹ Menção Honrosa no concurso ensaios Cepal e Valor Econômico sobre o Futuro com Crescimento e Igualdade no Brasil em comemoração aos 70 anos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; publicado originalmente em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44524/1/S1900082_pt.pdf

(re)industrialização socialmente referendada; ampliação do mercado nacional consumidor e da oferta nacional; maior integração nacional sob a perspectiva policêntrica, conduzindo a um padrão de distribuição da população e crescimento mais equilibrado regionalmente, tendo as cidades como pólos de urbanização inclusiva e equitativa.

Desejamos uma boa leitura e que novos horizontes se abram para a ciência, o ensino, a pesquisa e a extensão relacionados ao desenvolvimento e o planejamento urbano e regional!

Diná Andrade Lima Ramos
Denise de Alcantara Pereira

SUMÁRIO

PARTE I – DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, RURAL E SUSTENTABILIDADE

CAPÍTULO 1..... 1

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: ALGUNS APONTAMENTOS

Tatiana Cotta Gonçalves Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214121>

CAPÍTULO 2..... 20

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE EXPERIÊNCIAS DE LOS LAGOS-CHILE, IMBABURA-EQUADOR E BAÍA DA ILHA GRANDE-RJ BRASIL

Jover Mendes de Oliveira Negrão

Lamounier Erthal Villela

Daniel Neto Francisco

Patrick Gomes de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214122>

CAPÍTULO 3..... 45

O DESENVOLVIMENTO RURAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DE UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL

Raquel Pereira de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214123>

PARTE II – DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ECONOMIA E GESTÃO

CAPÍTULO 4..... 72

TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS: DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE UMA MICRORREGIÃO NO INTERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Caique Giacomo Ragazzi

Marcio Silva Borges

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214124>

CAPÍTULO 5..... 97

SUBSÍDIOS À INOVAÇÃO NO BRASIL: O PERFIL URBANO-REGIONAL DA SUBVENÇÃO ECONÔMICA EM EMPRESAS PRIVADAS ENTRE 2010-2019

Aldenilson Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214125>

CAPÍTULO 6..... 116

DA INTEGRAÇÃO MODERNA ÀS DISPUTAS NA NEOLIBERALIZAÇÃO: ESTADO E TERRITÓRIO NO BRASIL POR MEIO DE SEU BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Carla Hirt

Javier Walter Ghibaudi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214126>

CAPÍTULO 7..... 135

UMA CONCEPÇÃO SISTÊMICA PARA O ESTUDO DE EMPREENHIMENTO
AUTOGESTIONÁRIO

Susana Iglesias Webering

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214127>

PARTE III – CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E TERRITORIAIS

CAPÍTULO 8..... 150

“SEM AÇÚCAR E SEM AFETO”: DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Vinicius Ferreira Baptista

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214128>

CAPÍTULO 9..... 167

QUALIDADE DAS ÁGUAS EM ÁREAS PERIURBANAS: CASO DO RIO VALÃO DOS BOIS
EM SEROPÉDICA-RJ

Adriana Schueler

Vinicius Perrut dos Santos

Decio Tubbs

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214129>

CAPÍTULO 10..... 177

EXPULSOS DO PARAÍSO: A INFLUÊNCIA DO CAPITAL TURÍSTICO-IMOBILIÁRIO NA
PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ANGRA DOS REIS, RJ

Rita de Cássia Santos de Souza

Robson Dias da Silva

Ana Paula Dias Turetta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141210>

CAPÍTULO 11..... 203

A AGRICULTURA URBANA NO E DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO:
POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES

Caren Freitas de Lima

Cristhiane Amâncio

Felipe Jardim

Bruna Maria

Leonis Júnior Silva

João Pedro Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141211>

PARTE IV – DELIMITAÇÕES REGIONAIS E TERRITORIAIS

CAPÍTULO 12.....213

TRÊS HISTÓRIAS DE CHUVAS NA PERIFERIA: HISTÓRIA E MEIO AMBIENTE NA
BAIXADA FLUMINENSE

Lucia Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141212>

CAPÍTULO 13.....228

COESÃO TERRITORIAL NO OESTE METROPOLITANO: OCUPAÇÃO, EXPANSÃO E
(DES)ESTRUTURAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

Denise de Alcantara

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141213>

CAPÍTULO 14.....249

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, REDES SOCIAIS E ENCONTROS VIRTUAIS COM AS
COMUNIDADES LOCAIS: AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID-19
NO TERRITÓRIO DA BAÍA DA ILHA GRANDE, RJ

Adriana dos Reis Monteiro

Diná Andrade Lima Ramos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141214>

CAPÍTULO 15.....261

CIDADE COMO ALAVANCA DO CRESCIMENTO COM IGUALDADE

Robson Dias da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141215>

POSFÁCIO268

SOBRE OS/AS AUTORES/AS275

PARTE II – Desenvolvimento Regional e Economia e Gestão

TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS: DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE UMA MICRORREGIÃO NO INTERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Data de aceite: 02/05/2022

Caique Giacomo Ragazzi

Marcio Silva Borges

1 | INTRODUÇÃO

No ano de 2004, o governo do estado do Rio de Janeiro deu início a um programa de benefícios fiscais, com o objetivo de obter crescimento e o desenvolvimento econômico de diversos municípios, entretanto, é importante observar que sem uma política econômica estadual, para inúmeros municípios crescer economicamente seria uma tarefa árdua, frente às desigualdades de atratividade para empresas e falta de investimento em infraestrutura.

Com o objetivo de progresso dos municípios, o estado criou o Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses (FREMFL), no sentido de fornecer financiamentos para os empreendimentos que geram empregos e renda nos segmentos da indústria, agroindústria, agricultura familiar, micro e pequenas empresas, serviços e comércio atacadista, levando em consideração que estes eram considerados relevantes para o desenvolvimento econômico do estado e dos municípios abrangidos pela lei.

Para aumentar o programa de benefícios

fiscais através de lei, o estado do Rio de Janeiro fez uma diminuição no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), na parte de responsabilidade do estado, para que as empresas instalassem unidades nos municípios fluminenses.

Atualmente produz-se uma chamada economia “sem fronteiras” que vem sendo frequentemente denominada como globalização e que se beneficia e reforça a desigualdade social e territorial. Os propósitos da globalização, sob a gerência do grande capital, no Brasil, têm gerado uma crise para o pacto federativo, na medida em que escolhem seletivamente por fragmentos do território. Estados e municípios são dessa maneira atingidos de forma e intensidade diferenciadas, intensificando as desigualdades e disputas territoriais.

Se a partir de uma perspectiva, a globalização acarreta na maior unificação técnica, de outro, revela com os novos recortes no território a importância das fronteiras e dos territórios, pois, contrariamente do que a globalização faz pensar, os conflitos entre os lugares – territórios de múltiplos poderes – não ocorre sem choques de interesses e por esse motivo a questão territorial é revalorizada.

A escala espacial local sem a aproximação com escalas intermediárias na relação entre o global e local não tem se revelado capaz de impulsionar o desenvolvimento. Quando os

entes se baseiam em estratégias de desenvolvimento separados de um projeto nacional que os incluam, provoca-se uma competição desigual, tendo em vista que a cada território compete uma racionalidade que lhe é própria.

As instituições que estão acima do governo, incorporando desde blocos econômicos a organizações internacionais e principalmente as grandes corporações transnacionais, na trama da globalização, claramente ganham força e passam a ter cada vez mais influência sobre a organização dos territórios nacionais.

O objetivo do artigo foi analisar por meio de dados coletados em institutos federais e estaduais, índices econômicos e sociais, para auxiliar em ajudar a responder a seguinte questão de pesquisa: os benefícios fiscais e investimentos concedidos por uma política pública estadual de fomento ao desenvolvimento ao Centro-Sul Fluminense, entre o período de 2004 e 2015, foram eficientes em desenvolver o território citado, gerando renda, emprego e desenvolvimento?

2 | FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Passos e Nogami (2009) relatam que a avaliação do grau de desenvolvimento de uma determinada localidade¹ torna-se possível quando se faz uma análise de certos indicadores, que estão distribuídos em três grupos: (i) vitais: esperança de vida ao nascer, taxa de mortalidade infantil, estrutura etária da população e taxa média anual de crescimento populacional; (ii) econômicos: estruturais, disponibilidade de bens e serviços; e (iii) sociais: estrutura social, mobilidade social, representação no sistema político, participação social e sistema de concentração da propriedade.

Para Jannuzzi (2005) os indicadores sociais são medidas que ajudam os atores públicos no diagnóstico, na formulação e na avaliação das políticas públicas. Os indicadores apontam, indicam, aproximam e traduzem, em termos operacionais, as dimensões sociais de interesse, definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente. A intenção é subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitar o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e da sociedade civil, além de permitir o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais.

Jannuzzi (2005) descreve que o surgimento dos indicadores sociais, e posterior aprimoramento, são decorrentes da demanda do setor público por instrumento que possibilite diagnóstico, formulação, implementação, controle e avaliação de políticas públicas que atendam a diversidade social.

Com o objetivo de desenvolver novos indicadores e, prioritariamente, os indicadores que relacionam os aspectos locais e individuais de cada economia, a Federação das

¹ nação, estado, município.

Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), desenvolveu o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

De acordo com o sistema FIRJAN (2017), na construção do índice, existe uma ponderação em três setores do desenvolvimento humano: emprego e renda, educação e saúde. A avaliação dos dados é simples, tanto por áreas de desenvolvimento, como pela análise dos índices finais, possuindo uma variação entre zero a um, sendo que quanto maior for o índice, maior é o grau de desenvolvimento.

O IFDM pode ser classificado da seguinte maneira, (FIRJAN, 2017):

- Municípios com IFDM de 0 a 0,4 – baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM de 0,4 a 0,6 – desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM de 0,6 a 0,8 – desenvolvimento moderado;
- Municípios com IFDM de 0,8 a 1 – alto estágio de desenvolvimento.

No desenvolvimento do presente artigo, a escolha pelo IFDM, ocorre em razão do índice se destacar pela informação coletada anualmente, enquanto que pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) a coleta de dados é decenal. Por este motivo, o IFDM permite que os municípios construam um monitoramento sistemático de suas políticas públicas, contribuindo para possíveis correções e apurações dos resultados. O IFDM, por constituir-se de uma coleta dos dados sistemática e periódica, permite uma análise relativa e absoluta dos municípios. O IDH teve sua elaboração direcionada para os países, enquanto o IFDM apresenta como foco os municípios, permitindo uma maior visibilidade da realidade dos municípios brasileiros.

2.1 O território em estudo e o estudo do território

Para entendimento da localidade estudada, se faz necessário conhecer o posicionamento geográfico do estado e sua distribuição por mesorregiões e microrregiões segundo dados do IBGE, 2017.

O estado do Rio de Janeiro distribui-se em seis mesorregiões, de maneira geográfica e não política, a mesorregião da Baixada Litorânea perpassa uma área de 3.633.082 km², apresentando uma densidade demográfica de 186,5 hab./km² e é formada pelas seguintes microrregiões: Rio de Janeiro, Macacu – Caceribu, Bacia de São João e Lagos; mesorregião metropolitana do Rio de Janeiro possui uma área de 10.233.491 km² apresentando uma densidade demográfica de 1.232,87 hab./km², mesorregião do Noroeste Fluminense (microrregião: Itaperuna e Santo Antônio de Pádua) tem uma área de 5.373.544 km² e densidade demográfica de 62 hab./km², mesorregião do Norte Fluminense (microrregião: Campos dos Goytacazes), área de 9.730.423 km² e densidade demográfica de 78,5 hab./km², mesorregião do Sul Fluminense (microrregião: Baía de Ilha Grande, Barra do Pirai e do Vale do Paraíba Fluminense) ocupa uma área de 7.917.502 km², com densidade demográfica em 134,3 hab./km² e a mesorregião do Centro-Sul Fluminense (microrregião:

Cantagalo – Cordeiro, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena e Três Rios), com área total de 6.818.733 km² e densidade demográfica de 69,6 hab./km² (IBGE, 2017), conforme Figura 1.



Figura 1: Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro

Fonte: CIDE, 2002

2.2 Os municípios da microrregião de Três Rios

A composição da microrregião de Três Rios é definida, segunda o IBGE (2017), pelos seguintes municípios (Figura 2):

O município de Areal, de acordo com dados do IBGE (2017), apresenta uma população de 12.058 habitantes, com densidade demográfica de 102,99 hab/km². Seu território possui uma área de 111km². Suas principais atividades econômicas são os produtos de confecção, indústria, agropecuária e comércio.

Comendador Levy Gasparian, emancipou-se de Três Rios em 1992, possui uma população de 8.255 habitantes, com densidade demográfica de 76,53 hab/km². Seu território possui uma área de 107 km². Suas principais atividades econômicas são as atividades da indústria têxtil, com ênfase em jeans.

Paraíba do Sul possui uma população de 42.737 habitantes, com densidade demográfica de 70,77 hab/km². Seu território possui uma área de 580,5 km². Na economia municipal se destacam a agropecuária, serviços e indústrias.

Sapucaia possui uma população de 17.604 habitantes, com densidade demográfica de 32,35 hab/km². Seu território possui uma área de 541 km². A economia municipal tem no comércio, indústria e serviços e agricultura suas principais atividades.

Três Rios possui uma população de 79.230 habitantes, com densidade demográfica de 237,4 hab/km². Seu território possui uma área de 326,7 km². Sua economia está baseada na indústria e na prestação de serviços.



Figura 2 – Microrregião de Três Rios.

Fonte: elaborado pelos autores.

3 | METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho seguiu uma abordagem quantitativa, utilizando um estudo do tipo descritivo. A pesquisa exploratória se utilizou de revisão bibliográfica acerca de políticas públicas de incentivo fiscal, território, local, desenvolvimento, escalas espaciais. Foram levantados dados secundários obtidos de materiais coletados nos sítios do CEPERJ, IBGE, FIRJAN, Ministério do Trabalho e Ministério da Saúde. Foram utilizados indicadores socioeconômicos para determinação do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, os históricos de nível de emprego e arrecadação de tributos municipais, bem como nas bibliotecas e institutos que atuam na área socioeconômica para levantamento de tais condições. Todo material levantado foi utilizado para descrever, contextualizar e apresentar os desdobramentos socioeconômicos das políticas públicas propostas para o município, levando ao debate sobre o papel do Estado no período definido da pesquisa, tentando responder em que medida as políticas públicas, por exemplo, as de incentivo fiscal, são capazes de promover o desenvolvimento socioeconômico no município de Três Rios e sua microrregião.

Martins e Theóphilo (2009) afirmam, que para a construção do trabalho científico, as informações, quanto à sua natureza, dados e evidências levantadas, quando empreendem uma avaliação quantitativa para a interpretação dos dados numéricos coletados, o estudioso poderá utilizar métodos e técnicas estatísticas na análise desses dados.

A análise dos indicadores socioeconômicos foi realizada da maneira em que foram coletados, por gráficos e tabelas. Inicialmente, os indicadores como investimento, PIB, nível de arrecadação do ICMS e Receita Corrente foram tratados com o objetivo de comparar seus valores em relação aos cinco municípios da microrregião. Para isso, cada indicador será analisado separadamente, tendo como período comparativo os intervalos entre o ano de 2004 e o ano de 2015.

4 I TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E O DILEMA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

4.1 Análise dos dados econômicos

Para proceder a análise das informações econômicas, inicialmente, avaliou-se se prevalecia ou não o crescimento econômico. Adiante, analisaram-se os dados socioeconômicos, com o objetivo de verificar se ocorreu o desenvolvimento econômico.

Na Tabela 1, a análise da variação da arrecadação do ICMS tendo como ponto de partida a renúncia do governo do estado, através de uma política de incentivo fiscal, observou-se que todos os municípios da microrregião de estudo apresentaram elevação de sua arrecadação, entretanto, é válido observar que houve uma variação entre as cidades.

Arrecadação de ICMS (R\$1.000)						
Localidade	Estado	Areal	Levy Gasparian	Paraíba do Sul	Sapucaia	Três Rios
2006	15.648.602	3.975	2.325	4.982	1.806	17.104
2007	16.361.485	4.522	2.891	3.973	4.268	18.296
2008	18.603.433	4.929	4.090	4.815	4.736	28.812
2009	19.638.618	6.799	6.647	5.667	5.491	41.815
2010	22.742.803	5.229	5.080	8.717	9.784	67.461
2011	25.172.926	5.224	6.245	12.406	11.001	75.388
2012	27.759.586	8.940	7.665	11.684	15.927	95.188

Tabela 1 - Arrecadação de ICMS

Fonte: CEPERJ, SEFAZ, 2017.

A elevação apresentada pelo estado foi de 77,4% no período. As cidades de Sapucaia e Três Rios apresentaram os maiores crescimentos de toda a área estudada, superiores à variação do estado com 781% e 456,5%, respectivamente. Paraíba do Sul apresentou um crescimento de 134,5%, a cidade de Comendador Levy Gasparian, apresentou o terceiro melhor índice da microrregião. O pior desempenho está em Areal com 124,9%, todavia, bem acima da média de arrecadação do estado.

Na microrregião de estudo, destacou-se o município de Três Rios, com um crescimento na arrecadação de 274,2%, muito superior aos demais municípios. Com o menor índice, a cidade de Comendador Levy Gasparian ficou com 137,3% de aumento (tabela 2).

Receita Corrente (R\$ 1.000,00)					
Ano	Areal	Levy Gasparian	Paraíba do Sul	Sapucaia	Três Rios
2006	19.593	16.378	***	24.288	61.206
2008	27.586	22.982	***	33.371	84.768
2009	28.735	22.644	***	40.051	88.303
2013	49.143	35.284	97.849	60.396	152.550
2014	52.417	38.868	105.742	66.754	229.060

Tabela 2 – Receita Corrente

Fonte: IBGE, 2017. *** Dados indisponíveis.

Segundo Rossetti (2000, p.67), o investimento ou despesa de capital efetuado pelo governo classificam-se como acréscimo ao estoque de capital da economia, sendo percebidos através de obras de infraestrutura.

Para Mankiw (1998, p.98) o crescimento econômico resulta da acumulação de capital, levando em consideração que esse capital surge do sacrifício da sociedade em diminuir seu consumo de bens e serviços para, desta maneira, acumular recursos financeiros, objetivando a utilização desses recursos, no futuro, com maior volume.

As políticas públicas influenciam na taxa de crescimento econômico de diversas formas: incentivo à poupança e ao investimento, incentivar o investimento externo, através da promoção de educação, manutenção da política, incentivando a pesquisa e o aprimoramento de tecnologias. Sendo assim, o volume de investimento realizado pelo estado no período de 2006 a 2014 apresentou uma variação irregular nas localidades pesquisadas.

A quantidade de investimento ocorrido na região em estudo (Tabela 3) revelou uma disparidade entre os municípios, evidenciando que o município de Três Rios concentrou a maior porção. Os demais municípios também apresentaram variações, sendo que o município de Sapucaia apresentou um aumento de 268%. Os dados do município de Paraíba do Sul, referentes aos anos de 2006, 2008 e 2009, não constavam no sítio do IBGE, contudo, o município apresentou um crescimento de 86,78% do investimento entre os anos de 2013 e 2014.

Investimento (R\$ 1.000,00)					
Ano	Areal	Levy Gasparian	Paraíba do Sul	Sapucaia	Três Rios
2006	845	779	***	1.166	5.827
2008	2.107	695	***	2.283	7.606
2009	941	598	***	2.792	8.816
2013	2.076	1.074	3.691	2.236	18.261
2014	1.084	***	6.894	4.290	29.921

Tabela 3 – Investimento

Fonte: IBGE, 2017. *** dados indisponíveis

As variações que ocorreram nos municípios da região de Três Rios caracterizam-se pela disparidade na distribuição do volume de investimento. No período de 2006 a 2014, no município de Areal, o crescimento foi na ordem de 28,2%. Em relação ao município de Três Rios, o crescimento do investimento ficou em torno de 413,5%, o município, entre todos da microrregião, possui a maior população e o maior parque industrial, ademais está numa posição geográfica favorável, pois é cortado pela BR-393, sendo a principal ligação do Sudeste com o Nordeste e pela BR-040, que possui ligação do Rio de Janeiro com Minas Gerais e Centro-Oeste, além de possuir uma malha ferroviária. É possível considerar tais fatores como justificativa para o volume de recursos, pois os demais municípios não dispunham dos mesmos fatores.

O PIB é considerado um importante indicador do crescimento, sobretudo na economia. Rossetti (2000) aponta que a criação de ferramentas para mensurar uma economia foram definidas para calcular o crescimento econômico e os grandes agregados macroeconômicos. Assim, de acordo com a tabela 4 é possível verificar o PIB de toda a região de Três Rios. Numa análise genérica e ampla, percebe-se que o PIB apresentou trajetória crescente em todas as localidades, com um crescimento médio de 219%. O município de Areal apresentou um crescimento de 125%, enquanto o município de Levy Gasparian cresceu 93%, sendo o pior índice na microrregião. O melhor desempenho alcançado aconteceu no município de Três Rios, cidade que recebeu o maior número de investimentos.

Observa-se que o crescimento econômico ocorreu, levando-se em conta a análise do PIB. Entretanto, o desenvolvimento econômico foi analisado levando-se em conta fatores sociais, sendo que a análise será realizada no subitem 4.2.

PIB (R\$ 1.000,00)					
Ano	Areal	Levy Gasparian	Paraíba do Sul	Sapucaia	Três Rios
2004	120.860	132.480	273.790	171.804	734.076
2005	118.120	189.526	301.009	150.949	776.509
2006	137.174	253.387	322.290	170.460	890.711
2007	166.766	287.170	355.532	209.112	972.782
2008	167.543	214.485	406.655	278.948	1.161.055
2009	267.172	239.701	468.675	352.080	1.376.758
2010	291.121	208.944	572.304	440.636	1.835.764
2011	338.024	183.152	601.272	458.532	1.950.586
2012	356.314	195.370	690.215	529.402	2.411.569
2013	238.990	221.394	755.801	609.453	2.893.042
2014	272.392	256.442	809.758	719.634	3.438.170

Tabela 4 – PIB (Produto Interno Bruto)

Fonte: IBGE, 2017.

4.2 Indicadores do desenvolvimento econômico

De acordo com Passos e Nogami (2009, p.145), o desenvolvimento econômico não se resume exclusivamente a elevação da oferta de bens e serviços, em certo período e em termos per capita. Para os autores, não devem ser analisados unicamente os fatores quantitativos, mas em conjunto os fatores qualitativos poderão demonstrar a ocorrência do desenvolvimento econômico. Com relação a esses fatores qualitativos destaca-se: a renda per capita, a diminuição do nível de estoque de capital per capita, elevados índices de natalidade e mortalidade, elevados percentuais de analfabetismo e reduzidos padrões de educação, elevada taxa de desemprego, grandes desigualdades na distribuição de renda, alto percentual da população atuando na agricultura, alta participação do setor primário nacional e baixa taxa de poupança per capita.

O PIB per capita representou, mesmo que relativamente, um desenvolvimento econômico, ao passo que esse indicador considerou a riqueza obtida em relação à população da localidade. Na Tabela 5 pode ser constatado que o crescimento da renda ocorreu em todas as localidades, exceto nos municípios de Comendador Levy Gasparian que apresentou queda entre os anos de 2010 e 2011, e no município de Areal que apresentou queda entre os anos de 2012 e 2013. As cidades de Três Rios e de Sapucaia demonstraram elevação de renda de 83,8% e 62,3% respectivamente, apresentando os melhores desempenhos avaliados. A renda se elevou, entretanto, é importante apontar que em todos os municípios houve aumento do investimento, numa sequência de fatos o PIB também aumentou, revelando uma política de crescimento e desenvolvimento econômico na microrregião.

PIB <i>per capita</i> (R\$1.000,00)					
Ano	Areal	Levy Gasparian	Paraíba do Sul	Sapucaia	Três Rios
2010	25.489,97	25.533,94	13.928,75	25.173,43	23.686,36
2011	29.291,49	22.335,55	14.535,06	26.121,24	25.055,38
2012	30.574,41	23.770,51	16.576,17	30.112,18	30.816,42
2013	20.279,14	26.868,19	18.014,56	34.608,33	39.749,64
2014	22.930,52	31.102,76	19.207,24	40.869,70	43.522,24

Tabela 5 – PIB *per capita*

Fonte: IBGE, 2017.

A Tabela 6 revela um equilíbrio entre os municípios da microrregião e diversos pontos podem ser destacados: todos os municípios apresentam grau moderado de desenvolvimento demonstrando equilíbrio regional.

Localidade	IFDM	Emprego e Renda	Educação	Saúde	Grau de Desenvolvimento
Três Rios	0,7666	0,8164	0,7945	0,6890	Moderado
Areal	0,6926	0,4172	0,7567	0,9039	Moderado
Paraíba do Sul	0,7394	0,5128	0,8520	0,8532	Moderado
Levy Gasparian	0,7674	0,5836	0,8099	0,9086	Moderado
Sapucaia	0,6760	0,5809	0,7323	0,7149	Moderado

Tabela 6 – IFDM – Edição 2015 – Ano base 2013

Fonte: FIRJAN, 2017.

Ainda de acordo com a tabela 6, na coluna que se refere aos dados de emprego e renda destaca-se o grau de desenvolvimento regular em todos os municípios, exceto Três Rios, observando que Areal, mesmo enquadrado no grau regular de desenvolvimento, apresentou o pior índice dos municípios pesquisados.

No tocante a avaliação da Educação, observa-se certa constância entre os municípios no grau moderado, com uma positiva exceção entre os municípios de Paraíba do Sul e Levy Gasparian que apresentaram alto grau de progresso.

Quanto aos indicadores de Saúde, os municípios de Areal, Comendador Levy Gasparian e Paraíba do Sul ficaram classificados em alto grau de desenvolvimento, enquanto os municípios de Sapucaia e Três Rios enquadram-se no grau regular moderado.

Na Tabela 7 é possível ver a variação do IFDM no período de 2005 a 2013, (edição 2014 e 2015, respectivamente), onde todos os municípios ficaram enquadrados no grau de desenvolvimento moderado, o que demonstra equilíbrio regional.

Localidade	IFDM 2005	IFDM 2013	Varição	Varição no grau de Desenvolvimento
Três Rios	0,5843	0,7666	31,2%	Regular – Moderado
Areal	0,6709	0,6926	3,2%	Moderado - Moderado
Levy Gasparian	0,7075	0,7674	8,5%	Moderado - Moderado
Paraíba do Sul	0,6652	0,7394	11,2%	Moderado - Moderado
Sapucaia	0,5830	0,6760	16%	Regular – Moderado

Tabela 7 – Variação do IFDM

Fonte: FIRJAN, 2017.

Ao analisar os dados de variação tornou-se possível encontrar uma disparidade significativa, ou seja, as cidades demonstraram comportamentos adversos no período pesquisado. Três Rios e Sapucaia enquadraram-se em grau regular de desenvolvimento, com os piores índices da microrregião em 2005, todavia destacam-se como as maiores variações de elevação entre todos os municípios, variando 31,2% e 16% respectivamente, alcançando o grau de desenvolvimento moderado, sendo os únicos que apresentaram

alterações nos graus de desenvolvimento (Tabela 8).

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Areal	0,6709	0,7060	0,6960	0,6195	0,6921	0,6974	0,7882	0,7223	0,6926
Levy Gasparian	0,7075	0,6918	0,6956	0,7313	0,6662	0,7306	0,7425	0,7747	0,7674
Paraíba do Sul	0,6652	0,6789	0,6565	0,6557	0,6467	0,7272	0,7365	0,8022	0,7394
Sapucaia	0,5830	0,5982	0,5974	0,6579	0,6638	0,6911	0,6763	0,6619	0,6760
Três Rios	0,5843	0,6209	0,6316	0,6573	0,6977	0,7318	0,7303	0,7398	0,7666

Tabela 8 – Comparação do IFDM

Fonte: FIRJAN, 2017

Na comparação dos dados no período de 2005 a 2013 referentes ao IFDM, tornou-se possível a verificação de estabilidade entre os municípios da microrregião, tendo em vista que a variação entre os índices foi pequena e dentro da indicação do nível moderado. Destaca-se o aumento do índice de progresso do município de Sapucaia, nos três primeiros anos do estudo. Destaca-se também, no ano de 2012, o alcance ao nível alto por parte do município de Paraíba do Sul.

Na Tabela 9, com relação ao ranking dos municípios (nacional e estadual) avaliados pelo índice IFDM, observa-se que os municípios da microrregião apresentaram comportamentos diferentes entre si. Areal, se comparado com o ano de 2005, no ano de 2013 declinou no âmbito estadual e no âmbito nacional. Comendador Levy Gasparian também diminuiu tanto no âmbito estadual quanto nacional. Três Rios apresentou uma melhora expressiva no intervalo entre 2005 e 2010, todavia obteve queda do seu índice de desenvolvimento no intervalo entre 2010 e 2013, apresentando a perda de 4 posições no ranking do estado. No cenário nacional, elevou-se em 123 posições.

Municípios	Ranking IFDM – Nacional e Estadual					
	2005		2010		2013	
	Nac.	Est.	Nac.	Est.	Nac.	Est.
Areal	1040°	25°	1448°	31°	2151°	60°
Levy Gasparian	672°	15°	966°	19°	824°	20°
Paraíba do Sul	1109°	28°	1020°	23°	1259°	33°
Sapucaia	2216°	74°	1557°	42°	2462	70°
Três Rios	2198°	72°	961°	18°	838°	22°

Tabela 9 – Ranking IFDM

Fonte: FIRJAN, 2017.

4.3 População

Na análise do desenvolvimento econômico, foram utilizados os indicadores de educação, saúde e emprego, relacionados aos índices de crescimento populacionais dos municípios.

Como é possível perceber na Tabela 10 e na Figura 3, o crescimento médio da população nos municípios foi de 8,24%. O município de Areal apresentou o maior índice de crescimento populacional (11,2%). Em seguida, Levy Gasparian e Paraíba do Sul demonstraram percentuais de crescimento semelhantes, com 10,6% e 10,7% respectivamente. Três Rios e Sapucaia apresentaram crescimento abaixo da média da microrregião, sendo Sapucaia o menor índice (3,1%).

Município	2004	2015
Areal	10.765	11.970
Comendador Levy Gasparian	8.359	9.250
Paraíba do Sul	39.200	43.356
Sapucaia	18.044	18.606
Três Rios	75.062	79.264

Tabela 10 – Crescimento populacional

Fonte: IBGE, 2017.

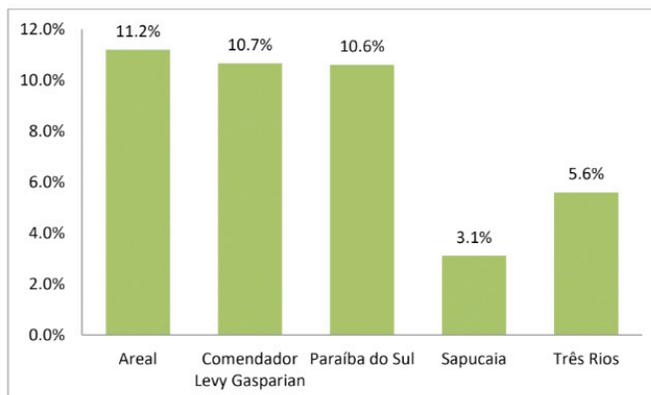


Figura 3 – Crescimento populacional: 2004 a 2015

Fonte: IBGE, 2017.

4.4 Educação

A educação é um dos fatores sociais que auxiliam tanto no crescimento quanto no desenvolvimento econômico. No crescimento econômico isso ocorre pelo motivo da educação fornecer um grande fator de produção, ou seja, mão de obra qualificada, se adequando aos avanços tecnológicos. No tocante ao desenvolvimento econômico, isso

ocorre devido a educação apresentar benefícios em áreas como da saúde, da cidadania e na participação das decisões sobre a sociedade.

Para Schultz (1962, p.65), a elevação da capacidade de produção e de consumo da população, irá aumentar na medida em que são beneficiadas com investimento, ou seja, para que haja a manutenção do crescimento econômico e do desenvolvimento econômico, devem ser destinados fundos públicos na melhoria da educação da população local.

Em relação à legislação vigente, os municípios obrigam-se a empregar, no mínimo, 25% da receita de impostos e transferências constitucionais na educação, observando que o não cumprimento da legislação incorre em consequências para a gestão pública, tais como: parecer desfavorável às contas pelo Tribunal de Contas (ou órgão competente), que, se mantido pela Câmara Municipal, poderá sujeitar o prefeito à inelegibilidade por oito anos (Lei Complementar nº64/90, artigo 1º, I, g); impedimento de receber auxílios/subvenções/contribuições da União e do Estado (Lei nº 9.394/96, artigo 87, § 6º); proibição de contratar empréstimos financeiros e financiamentos, exceto de antecipação de receita orçamentária (Resolução do Senado Federal nº 78/98, artigo 13, VIII); intervenção pelo Estado (Constituição Federal, artigo 35, III); decretação de crime de responsabilidade à autoridade competente (Lei nº 9,394/96, artigo 5, §4º); proibição de receber transferências voluntárias de outros entes da federação, exceto para as áreas da Saúde, Educação e Assistência Social (Lei complementar nº 101/2000, artigo 25,§1º, IV, b).

Com o objetivo de atender aos critérios de preservação e atividade das instalações físicas e dos equipamentos essenciais ao ensino, a manutenção de bens e serviços, a remuneração e o aprimoramento do pessoal da educação, a aquisição do material didático, transporte e demais itens, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).

No atendimento à lei, apresenta-se na Tabela 11 os gastos com educação da microrregião, refletindo a receita arrecadada e no caso dos cinco municípios em estudo, a geração de riquezas referente ao início da política de renúncia fiscal.

Despesas com Educação (em R\$)					
Anos	Areal	Levy Gasparian	Paraíba do Sul	Sapucaia	Três Rios
2005	4.751.633,09	3.669.553,45	8.688.321,49	4.351.184,43	12.601.693,08
2006	4.751.633,09	3.672.769,79	9.684.497,36	4.297.807,31	16.215.259,18
2007	6.455.043,54	4.030.482,89	10.838.609,24	5.155.354,57	16.188.036,47
2008	6.717.879,50	4.725.933,59	13.423.310,14	6.240.716,43	18.840.648,46
2009	7.466.6115,13	4.520.162,97	14.279.464,90	7.570.317,74	24.099.173,36
2010	9.268.876,76	5.183.503,36	19.632.167,30	9.086.798,07	27.917.048,29
2011	9.261.212,42	6.247.464,83	21.553.899,57	10.350.242,75	34.155.966,86
2012	11.221.461,36	5.621.585,59	23.702.232,80	11.225.044,36	41.431.809,10

2013	10.463.255,52	6.800.680,49	25.572.391,40	12.444.466,36	48.838.358,34
2014	11.268.685,52	7.672.906,20	28.753.455,34	12.923.820,42	55.270.004,70
2015	13.378.355,35	7.499.505,16	29.103.866,64	13.692.865,37	52.968.500,08

Tabela 11 – Despesas com Educação

Fonte: FNDE, 2017

Os dados demonstram as despesas com a educação, incluindo os gastos com pessoal, o total representa manutenção, ampliação e assessoria das secretarias de educação. Os municípios da microrregião de Três Rios apresentaram uma grande variação nos seus índices de gastos. Areal obteve 181%, Comendador Levy Gasparian obteve 104,3%, sendo o município que apresentou a menor variação no período, Paraíba do Sul apresentou 234%, referente a variação no período estudado. Sapucaia obteve 214,7% e Três Rios, apresentou uma variação de 320,3%, tendo sido a cidade com a maior variação, entre as localidades pesquisadas. É importante ressaltar que os impactos no investimento em educação terão resultado diretos e indiretos nos demais indicadores sociais, como a melhoria na renda, a produtividade e a saúde.

O sistema FIRJAN desenvolveu uma metodologia para avaliar o desempenho dos municípios. Esse método analisou os municípios por três setores de desenvolvimento humano: emprego e renda, saúde e educação, usando para isso, uma variabilidade que vai de 0 a 1². Essa variação ficou distribuída em quatro faixas: 0 a 0,4 – estágio de baixo desenvolvimento; 0,4 a 0,6 – estágio regular de desenvolvimento; 0,6 a 0,8 – estágio moderado de desenvolvimento de 0,8 a 1 – estágio alto de desenvolvimento.

Em relação ao item educação foi considerada na análise, a educação fundamental e a pré-escola, pois são de responsabilidade dos municípios, sendo ensino médio competência dos estados. Os parâmetros utilizados na qualidade da educação foram: taxa de matrícula na educação infantil (peso de 20%); taxa de abandono (peso de 10%); taxa de distorção idade-série (peso de 15%); percentual de docentes com ensino superior (peso de 15%); média de horas aulas diárias; e resultado do IDEB (peso de 25%).

A Tabela 12 a respeito do índice de desenvolvimento e qualidade da educação demonstrou que os municípios apresentaram níveis heterogêneos: Areal, Sapucaia e Três Rios ficaram no nível intermediário, entretanto, os municípios de Paraíba do Sul e Levy Gasparian saíram do nível moderado e elevaram-se para o alto desenvolvimento na educação.

² quanto mais próximo de um, maior o desenvolvimento.

Ano	Areal	Levy Gasparian	Paraíba do Sul	Sapucaia	Três Rios
2005	0,6382	0,7082	0,6782	0,6447	0,6835
2006	0,6369	0,7169	0,6872	0,6310	0,6874
2007	0,6540	0,7156	0,7163	0,6743	0,6902
2008	0,6625	0,7088	0,7036	0,6586	0,7044
2009	0,6511	0,7099	0,7453	0,6799	0,7163
2010	0,6855	0,7620	0,7753	0,6945	0,7206
2011	0,7192	0,7974	0,8161	0,6902	0,7488
2012	0,7266	0,8047	0,8369	0,6936	0,7615
2013	0,7567	0,8099	0,8520	0,7323	0,7945

Tabela 12 – IFDM: Educação

Fonte: FIRJAN, 2017.

A variação apresentada pelo índice de desenvolvimento para educação pode ser observada na Tabela 13 e mostrou que todos os municípios evoluíram no período de 2005 a 2013. Os percentuais de variação demonstram certo equilíbrio, destaca-se, entretanto, a evolução do município de Paraíba do Sul, que apresentou uma variação de 25,6% em seu grau de desenvolvimento, saltando de um desenvolvimento moderado para um alto grau de desenvolvimento.

Localidade	IFDM 2005	IFDM 2013	Varição
Areal	0,6382	0,7567	18,5%
Levy Gasparian	0,7082	0,8099	14,3%
Paraíba do Sul	0,6782	0,8520	25,6%
Sapucaia	0,6447	0,7323	13,5%
Três Rios	0,6835	0,7945	16,2%

Tabela 13 - IFDM: Variação da Educação

Fonte: FIRJAN, 2017.

Afirma-se que de maneira ampla, os municípios apresentaram crescimento em seus investimentos públicos no setor da educação, posto isto, é válido ressaltar que cabe aos municípios gerenciar a educação fundamental, não incluindo investimento nas demais etapas da educação (médio e superior).

Segundo o PNUD (2017), proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. No município de Três Rios, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 96,83%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 79,66%;

a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 52,76%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 45,62%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 50,58 pontos percentuais, 39,71 pontos percentuais, 27,46 pontos percentuais e 29,30 pontos percentuais. Além disso, em 2010, 74,91% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 72,37% e, em 1991, 70,80%. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 19,28% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 6,95% e, em 1991, 3,17%.

Em Areal, de acordo com o PNUD (2017) de 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,491, em 1991, para 0,684, em 2010. Isso implica em uma taxa de crescimento de 39,31% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 62,08% para o município e 53,85% para o estado. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,278), seguida por Renda e por Longevidade. No estado, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

No município de Comendador Levy Gasparian, dados do PNUD (2017) indicam que de 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,463, em 1991, para 0,685, em 2010, enquanto o IDHM do estado passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 47,95% para o município e 47% para o estado; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 58,66% para o município e 53,85% para o estado. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,347), seguida por Renda e por Longevidade. No estado, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

Ao realizar esta análise para o município de Sapucaia, constatou-se que a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 93,51%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 74,17%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 45,43%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 42,61%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 44,77 pontos percentuais, 44,09 pontos percentuais, 30,89 pontos percentuais e 25,66 pontos percentuais.

Por fim, no município de Paraíba do Sul, dados do PNUD (2017) revelam que a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 95,19%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 84,30%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 47,07%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 35,67%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 44,93 pontos percentuais, 38,97 pontos percentuais, 16,79 pontos percentuais e 17,92 pontos percentuais.

4.5 Emprego e Renda

As concepções sobre emprego e renda estão ligadas quando se referem ao desenvolvimento econômico. Europa e Brasil passaram a elaborar políticas públicas de enfrentamento do desemprego, passando assim a ter um foco definido em relação as ações de emprego e renda para redução da pobreza. Segundo o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego):

as políticas de combate ao desemprego têm se tornado prioridade nas agendas governamentais tanto nas economias industrializadas, quanto nas economias em desenvolvimento, ainda que nos últimos anos, especialmente na América Latina, a diminuição da capacidade formal para gerar empregos de boa qualidade tem sido compensada pelo aumento contínuo no emprego formal que não podem contar com nenhuma rede de seguridade social. (Política de Emprego no Brasil 2010, p.24).

No município de Areal, entre os anos de 2000 e 2010 segundo o PNUD (2017), a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 66,90% em 2000 para 65,94% em 2010. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação (percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 13,03% em 2000 para 9,24% em 2010.

Em Comendador Levy Gasparian, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais passou de 61,66% em 2000 para 66,31% em 2010. A taxa de desocupação passou de 14, 49% em 2000 para 10,76% em 2010.

Nos demais municípios, a saber, Paraíba do Sul, Sapucaia e Três Rios, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais no ano de 2000 era, respectivamente, 61,64%; 56,67%; 63,58% e passaram em 2010 para, 61,64%; 59,44%; 62,64%. As taxas de desocupação dessas cidades eram, respectivamente, em 2010: 8,88%; 5,04% e 8,87%.

Na Tabela 14, comparando o IFDM para Emprego e Renda no período de 2005 a 2013, percebemos uma redução significativa no percentual do município de Areal, com uma variação negativa de 35,07%. Apenas os municípios de Sapucaia e de Três Rios demonstraram aumento do nível de emprego e renda.

Localidade	IFDM 2005	IFDM 2013	Varição
Areal	0,6426	0,4172	-35,07%
Levy Gasparian	0,7779	0,5836	-24,98%
Paraíba do Sul	0,5457	0,5128	-6,02%
Sapucaia	0,5268	0,5809	10,27%
Três Rios	0,6443	0,8164	26,72%

Tabela 14 – IFDM para Emprego e Renda

Fonte: FIRJAN, 2017.

A classificação do desenvolvimento revelou-se da seguinte forma:

Areal, em 2005, estava classificado no grau de desenvolvimento moderado. No ano de 2013, apresentou redução no seu percentual, enquadrando-se no grau de desenvolvimento regular.

Comendador Levy Gasparian, no ano de 2005, estava classificado no grau de desenvolvimento regular, e em 2013, apresentou queda no índice classificando-se no grau de desenvolvimento regular. O município de Paraíba do Sul não apresentou mudança no grau de desenvolvimento.

Sapucaia, de forma semelhante ao município anterior, manteve-se no desenvolvimento regular em ambos os anos analisados, todavia apresentou variação positiva em seus indicadores.

O município de Três Rios, em 2005, apresentava grau de desenvolvimento moderado, e em 2013, elevou para o alto grau de desenvolvimento. Ao analisar o comportamento do emprego e da renda do trabalhador, verificou-se diminuição dos índices de crescimento da economia local, com exceção dos municípios de Três Rios e de Sapucaia, que com o volume de novos postos de trabalho mostraram aumento da atividade produtiva e renda.

Na Tabela 15, sobre a comparação do IFDM para Emprego e Renda no período de 2005 a 2013, foi constatado no município de Areal, que no ano de 2005 apresentava desenvolvimento moderado, passou para o nível de desenvolvimento regular no ano de 2013, neste caso seu índice apresentou uma queda de 35,07%. Entre os anos de 2005 a 2009, o município de Levy Gasparian manteve seu desenvolvimento no grau moderado, todavia, no ano de 2009 houve uma redução para o grau de desenvolvimento regular, seguido de três anos consecutivos de desenvolvimento moderado, reduziu-se em 2013 novamente para desenvolvimento regular, o percentual de queda compreendido entre todo o período analisado foi de 24,98%. O município de Paraíba do Sul foi o que apresentou maior homogeneidade na maioria de seus parâmetros, com grau de desenvolvimento regular, com exceção para os anos de 2010 e 2012. Esse município revela fragilidade desse setor. Em relação ao município de Sapucaia, os dados revelaram uma tendência de crescimento em relação ao índice³, todavia apresentou forte queda no desenvolvimento para o ano de 2013.

³ Manteve-se em grau moderado de desenvolvimento entre os anos de 2008 a 2012.

Ano	Areal	Levy Gasparian	Paraíba do Sul	Sapucaia	Três Rios
2005	0,6426	0,7779	0,5457	0,5268	0,6443
2006	0,7210	0,6860	0,5831	0,5386	0,7397
2007	0,7511	0,6665	0,5241	0,5245	0,7292
2008	0,5496	0,7539	0,5359	0,6635	0,7419
2009	0,7747	0,5654	0,4351	0,6357	0,7980
2010	0,6487	0,6904	0,6049	0,6907	0,8568
2011	0,8036	0,6332	0,5518	0,6652	0,7926
2012	0,6955	0,6355	0,7335	0,6324	0,7866
2013	0,4172	0,5836	0,5128	0,5809	0,8164

Tabela 15 – Comparação do IFDM – Emprego e Renda

Fonte: FIRJAN, 2017.

O município de Três Rios apresenta-se como o grande destaque nessa análise, ao sair em 2005 do grau de desenvolvimento moderado, e apresentar em 2013, um alto grau de desenvolvimento, revelando um aumento percentual de 26,71%, importante observar que, dentre os municípios analisados, este município foi o que apresentou maior grau de regularidade.

Em relação ao comportamento do mercado de trabalho ao final do ano de 2013, segundo o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), o estado do Rio de Janeiro registrou a criação de 100.808 empregos de carteira assinada. Tal crescimento deveu-se, principalmente, à geração de empregos do setor de serviços (+50.966 postos), do Comércio (+24.467), da Construção Civil (+14.665) e da Indústria de Transformação (+11.411). O município de Três Rios, no ano de 2013, segundo o Caged, gerou 13.201 novos postos de trabalho, seguido por Sapucaia, que gerou 1.201 novos postos de trabalho. O município de Paraíba do Sul gerou 3.621 novos postos de trabalho, entretanto o município apresentou alto índice de demissões (4.086) revelando uma perda real de 465 postos de trabalho. O município de Areal apresentou novos 1.496 postos de trabalho, entretanto, semelhantemente ao município de Paraíba do Sul, revelou um percentual de desligamentos elevado (1.887), sendo assim, perdeu o equivalente a 391 postos de trabalho. Seguindo a tendência da microrregião, o município de Comendador Levy Gasparian revelou a criação de 1.527 novos postos de trabalho com a perda de 1.928, restando uma variação absoluta negativa em 401 postos de trabalho. Além disso, na microrregião o total de novos postos de trabalho no ano de 2013 foi de 20.999, entretanto o número de desligamentos foi de 2.561, como pode ser visto na tabela 16.

De acordo com a Tabela 16, constata-se que apesar da atração de novas empresas, e a implantação das políticas de desenvolvimento no município de Três Rios, tal fato não significou aumento real no número de novos postos de trabalhos, ou em última análise,

simbolizou a migração da mão de obra das cidades vizinhas para o município de Três Rios. Com isso, pode-se analisar que a política de incentivos fiscais foi desigual e desproporcional entre os municípios, Três Rios cresce em detrimento da diminuição dos demais.

Munic.	2007			2010			2013		
	Adm.	Deslig.	Var. absol.	Adm.	Deslig.	Var. absol.	Adm.	Deslig.	Var. absol.
Areal	1850	1424	426	2387	1988	399	1496	1887	-391
Levy Gasparian	2916	3083	-167	1577	1194	383	1527	1928	-401
Paraíba do Sul	1711	1700	11	2620	2197	423	3621	4086	-465
Sapucaia	837	784	53	1411	1106	305	1201	1157	44
Três Rios	7156	6316	840	11612	9595	2017	13201	11941	1260

Tabela 16 – Admissões e desligamentos – 2007 a 2013.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – Caged, 2017.

O nível de renda pode ser avaliado pelo número de salários mínimos pagos aos trabalhadores. Na figura 4, observou-se que nos municípios de Três Rios, Levy Gasparian e Paraíba do Sul existiu perda do número de salários mínimos pagos ao trabalhador, ou seja, o trabalhador perdeu sua renda. Os municípios de Areal e Sapucaia registraram aumento no rendimento mensal, entretanto, considerando que a inflação acumulada em 2010 era de 5,91% e o crescimento acumulado de Sapucaia foi de 2,20%, revela-se que apenas o município de Areal apresentou aumento real de renda.

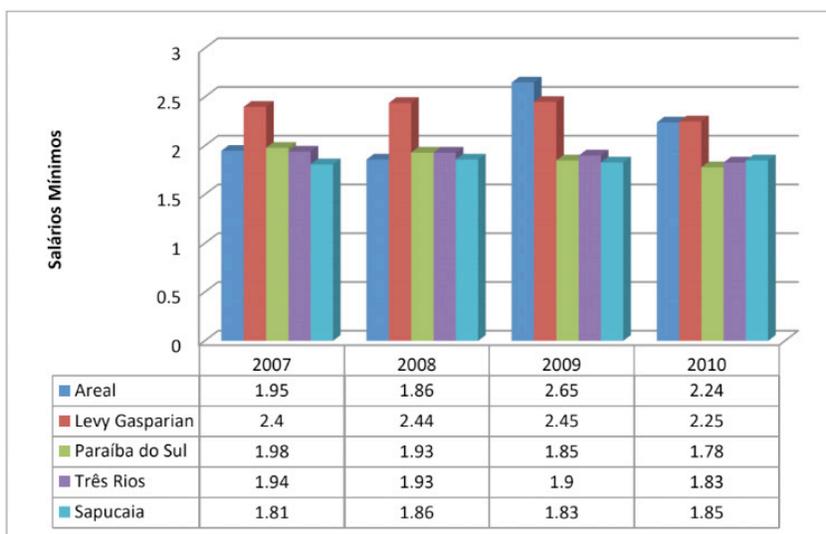


Figura 4 – Rendimento mensal – em Salários Mínimos

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, DIEESE, 2017.

4.6 Saúde

Segundo Westphal (2007, p.6), o Brasil é classificado como um país em desenvolvimento dependente, com poucos segmentos incorporados à economia global e com grande parte da população marginalizada desse processo. Na visão da autora, uma pequena parte da população tem acesso a uma proporção substancial da crescente produção de bens e serviços, enquanto a maioria é forçada a sobreviver com o restante.

Compreende-se que um resultado imediato do formato de desenvolvimento escolhido, economicista e neoliberal na sua origem, é a desigualdade que incide sobre a qualidade de vida e saúde da população e as condições ambientais. Westphal (2007, p.7) afirma que a desigualdade gera uma diversidade de posicionamentos e significados diante das situações de vida que criam contradições e aumentam o conflito por interesses. A desnutrição continua sendo um obstáculo sério à saúde e ao desenvolvimento de recursos humanos, algumas doenças infecciosas reapareceram ou avançaram, o uso de drogas e a AIDS vem se tornando o maior desafio à manutenção da vida e da qualidade de vida nas cidades⁴.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2003) para alargar intervenções de saúde e reforçar sistemas de prestação de cuidados de saúde de maneira a garantir o acesso a tais intervenções, especialmente pessoas pobres, é preciso um aumento importante dos recursos financeiros destinados à saúde.

Segundo a Tabela 17, a classificação dos municípios em relação a saúde, recebeu os seguintes resultados:

Areal demonstrou desenvolvimento, variando do grau de desenvolvimento moderado para o alto grau de desenvolvimento, com uma variação percentual de 23,50%.

O município de Comendador Levy Gasparian revelou importante desenvolvimento, com uma variação percentual de 42,75%, o município migrou da categoria de desenvolvimento moderado para o alto grau de desenvolvimento. Paraíba do Sul foi, dentre os municípios pesquisados, a cidade com menor variação percentual e manteve-se, tanto em 2005 quanto em 2013 no grau moderado.

O município que merece destaque nessa avaliação é a cidade de Três Rios, com variação percentual de 62,15%, o município saltou de desenvolvimento regular para desenvolvimento moderado, revelando a maior variação da microrregião.

⁴ O presente trabalho foi desenvolvido antes da pandemia da SARS-COVID 19, mas não poderíamos de enunciá-la aqui como uma nota, como talvez o maior desafio sanitário do século.

Município	IFDM - 2005	Grau de Desenvolvimento	IFDM - 2013	Grau de Desenvolvimento	Varição
Areal	0,7319	Moderado	0,9039	Alto	23,50%
Levy Gasparian	0,6365	Moderado	0,9086	Alto	42,75%
Paraíba do Sul	0,7717	Moderado	0,8532	Moderado	10,56%
Sapucaia	0,5775	Regular	0,7149	Moderado	23,80%
Três Rios	0,4249	Regular	0,6890	Moderado	62,15%

Tabela 17 – Saúde- IFDM

Fonte: FIRJAN, 2017.

Observando a Tabela 18, constata-se que todos os municípios elevaram seus gastos com saúde, sendo que o município de Três Rios apresentou uma elevação de 1.522,50% entre os anos de 2004 a 2012.

A saúde foi um dos fatores que evidenciou uma melhoria na qualidade de vida da população. Verifica-se que o conjunto de recursos financeiros destinados ao atendimento das necessidades dos municípios apresentou uma alta expressiva. Entretanto, ressalta-se que o presente estudo não usou dados referentes a situações anteriores à política de incentivos fiscais, buscando apenas mostrar a relação dos recursos financeiros destinados à população.

Todos os dados expostos e analisados nesta pesquisa foram extraídos de documentos oficiais de organizações governamentais e associações de classe, que por metodologia própria, apontam desenvolvimento econômico pela ótica da acumulação de riqueza, todavia observa-se que o presente trabalho não mensurou a qualidade na educação, saúde, emprego e renda.

Municípios	2004	2008	2012	2014	Varição
Areal	2.806.486,92	6.413.793,82	9.835.990,42	10.507.529,40	274,40%
Levy Gasparian	2.221.759,78	5.802.570,21	8.802.902,26	10.463.392,71	370,95%
Paraíba do Sul	8.269.684,66	11.107.805,25	19.901.985,63	26.270.543,15	217,67%
Sapucaia	3.121.771,54	7.736.971,16	12.229.365,43	12.465.419,36	299,30%
Três Rios	4.550.134,81	11575.433,53	50.352.923,75	73.826.242,90	1522,50%

Tabela 18 – Gastos públicos com saúde – R\$1,00

Fonte: Ministério da Saúde, SIOPS, 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre o desenvolvimento regional é tema central em todo o mundo. Abordar esse conceito é colocar em prova as políticas implantadas pelos gestores públicos e questionar seus impactos no curto, médio e longo prazo.

O presente artigo foi um estudo na direção de uma interpretação socioeconômica

sobre os efeitos do crescimento urbano-industrial de um município e sua área de influência, bem como das políticas públicas, por exemplo, as de incentivo fiscal para o desenvolvimento local e poder ser analisada na perspectiva de retomar o debate teórico sobre o território, e contribuir tanto para o melhor entendimento da dinâmica territorial do município de Três Rios e sua microrregião, como também para a discussão sobre tais políticas públicas.

A questão do desenvolvimento regional foi abordada, demonstrando-se a questão da microrregião e a relação entre os diversos municípios e suas peculiaridades e, revelando a importância do município de Três Rios, que apresenta um papel central nesta região.

O primeiro objetivo a ser respondido refere-se a entender os desdobramentos das políticas públicas propostas para os municípios, respondendo em que medida as políticas públicas, por exemplo, as de incentivo fiscal, são capazes de promover o crescimento e desenvolvimento na microrregião. Neste ponto, afirma-se que houve crescimento econômico em todos os municípios pesquisados. Os indicadores do crescimento econômico apresentaram, no período de estudo, variações positivas revelando atividade econômica em todos os municípios.

Merece atenção a arrecadação tributária (receitas correntes), que revelaram aumento significativo entre os anos de 2006 e 2014, mesmo levando-se em consideração o curto período para amadurecimento dos investimentos.

O comportamento do PIB, das receitas e dos investimentos caracterizou-se pela forte heterogeneidade entre os municípios, revelando falta de articulação entre as cidades, além de demonstrar a ausência de uma política estadual coordenada e centralizada nos objetivos regionais, restando a conclusão que o processo de decisão é municipalizado e que não considera o conjunto da microrregião.

Com base nos dados levantados afirma-se que, mesmo de forma desordenada, a microrregião, no período pesquisado, demonstrou aumento na geração de riqueza, resultado do aumento da produção de bens e serviços, constatando uma vez mais, que houve crescimento econômico.

O segundo objetivo a ser respondido refere-se à associação entre as políticas de crescimento da economia e os dispositivos de desenvolvimento do território, que maximizem as características positivas ou atenuem os efeitos negativos do supracitado crescimento em função do espaço urbano, neste item foi analisado pela ótica de três aspectos sociais: Emprego e Renda, Saúde e Educação.

O principal indicador da ocorrência do desenvolvimento econômico utilizado foi o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Quanto ao indicador de emprego e renda, observa-se que não ocorreu desenvolvimento, tendo em vista que em três, dos cinco municípios, houve diminuição no grau de desenvolvimento. Ademais, apesar da atração de novas empresas e a adoção de políticas de desenvolvimento, tal fato não resultou em aumento real do número de novos postos de trabalho, havendo, por exemplo, no ano de 2013, redução do número de vagas nos municípios de Areal, Levy Gasparian e Paraíba do

Sul. O município de Três Rios destaca-se neste quesito levando em consideração que, dentro de um cenário de diminuição de postos de trabalho, revelou um aumento significativo de novos postos, sendo assim em uma última análise, simbolizando a migração da mão de obra de cidades vizinhas para o município. Foi possível concluir em relação à renda, que nos municípios de Três Rios, Levy Gasparian e Paraíba do Sul existiu perda no número de salários mínimos pagos ao trabalhador.

Em relação aos gastos com saúde e educação, ambos revelaram aumento em seus indicadores. Os gestores públicos municipais, em um primeiro momento, buscaram atender aos dispositivos legais, destinando o mínimo de 25% para educação e 15% para saúde, do total de suas receitas tributárias.

O desenvolvimento econômico apresentou-se nos indicadores de saúde e educação dos municípios, entretanto, observa-se que a pesquisa teve por objetivo, apenas o período de 2004 a 2015, quando ocorreu a implantação da política de renúncia fiscal.

Em termos de volume financeiro, afirma-se que, tanto na saúde quanto na educação, a população local teve crescimento de verba, refletida em uma maior arrecadação dos municípios e estado, gerado pelo aquecimento da economia.

O desenvolvimento econômico ocorrido nos municípios foi pequeno e centralizado, posto que a renda não acompanhou os demais itens referentes à emprego, saúde e educação. Conclui-se a falta de uma política voltada para emprego e renda, tanto por parte do estado como dos municípios.

Os potenciais regionais não foram desenvolvidos, apenas a implantação de unidades de produção, ou seja, provoca-se a exportação de grande parte da riqueza para centros financeiros e comerciais. Ademais, o estado apenas deu a isenção fiscal, não traçando políticas de desenvolvimento econômico, nem metas e objetivos municipais, deixando para os municípios estabelecer políticas individuais, sendo que estes não se articulam no todo com a microrregião e com o estado. Conclui-se que as políticas de isenção fiscal são instrumentos públicos que deveriam ser utilizadas em conjunto com políticas estaduais e municipais, porém articulada com políticas nacionais.

Neste contexto, devem ser planejadas e implementadas alternativas de crescimento e desenvolvimento socioeconômicos para além dos incentivos fiscais, diversificando as estruturas produtivas e voltando-se para a melhoria da qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

CEPERJ. Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br/>>. Acesso em: 05/03/2017.

FIRJAN. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/>>. Acesso em 05/03/2017.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. SIOPE.2017. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/siope/relatorioQuadroResumoDespesasMuni.do>>. Acesso em: 22/03/2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Cidades@. Disponível em:< <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330600>> Acesso em 12 jul. 2016.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 2, n. 56, p.137-160, abr./jun. 2005.

MANKIWI, N. G. Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

MARTINS, G. A. THEÓPHILO, C. R. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Políticas Públicas de emprego no Brasil. Brasília: Editora UNB, 2010.

Organização Mundial da Saúde. (2003). Investir em saúde: Resumo das conclusões da comissão sobre macroeconomia e saúde. Recuperado de http://www.who.int/macrohealth/infocentre/advocacy/en/investir_na_saude_port.pdf.

PASSOS, C.R.M; NOGAMI, O. Princípios de Economia. 5. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>> Acesso em: 15 de outubro de 2017.

ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 18. ed. São Paulo Atlas, 2000.

SCHULTZ, T. W. Reflexões sobre investimento no homem. Revista de Economia Política. University of Chicago Press, 1962.

WESTPHAL, Márcia Faria. Promoção da Saúde e qualidade de vida. In: FERNANDEZ, J. C. A. E.; MENDES, R. Promoção da Saúde e gestão local. SÃO PAULO: Hucitec; CEPEDOC Cidades saudáveis, 2007.

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



TERRITORIALIDADES, POLÍTICAS E SUSTENTABILIDADE:

Agenda e questões contemporâneas



 Atena
Editora

Ano 2022

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



TERRITORIALIDADES, POLÍTICAS E SUSTENTABILIDADE:



Agenda e questões contemporâneas


Ano 2022